



AUTISMO E PRÁTICAS INCLUSIVAS NA BAHIA:

DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Iarla Marta Morais de Brito - Universidade do Estado da Bahia

Kayala Oliveira Souza - Universidade do Estado da Bahia

Resumo

A inclusão de pessoas com autismo requer mais do que integração escolar, exigindo práticas que assegurem seu desenvolvimento contínuo e permanência na escola. Este estudo analisa os desafios e possibilidades de práticas inclusivas na Bahia, revisando a literatura científica de 2014 a 2024 nas bases BTDS e Google Acadêmico, com 14 dos mais de 17.000 estudos selecionados. Os resultados revelam lacunas na formação docente e destacam a importância dos Assistentes Terapêuticos para a aprendizagem e socialização. O Plano Educacional Individualizado (PEI) é essencial para ajustar o currículo às necessidades dos alunos, apesar dos desafios na sua implementação. Práticas colaborativas entre professores regulares e especialistas são cruciais para a criação de planos de aula e currículos adaptados. O estudo conclui que a formação adequada dos professores, o papel dos Assistentes Terapêuticos, a implementação do PEI e a colaboração entre educadores são essenciais para o desenvolvimento integral dos alunos com TEA.

Palavras-chave: 1. Ensino Colaborativo 2. Formação Docente 3. Plano Educacional Individualizado (PEI) 4. Práticas Pedagógicas Inclusivas 5. TEA.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do neurodesenvolvimento que impacta a comunicação e interação social, apresentando comportamentos repetitivos e interesses restritos desde a infância. Seus sintomas podem variar gradualmente em intensidade, de leves a graves, conforme o contexto individual (Vasconcellos; Rahme; Gonçalves, 2020). As características dos indivíduos com TEA são diversas e devem ser cuidadosamente consideradas pelos profissionais da educação.



No âmbito educacional, o direito à inclusão escolar de pessoas com TEA é garantido pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Esses documentos asseguram que a educação é um direito da pessoa com deficiência, promovendo um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e o aprendizado ao longo de toda a vida. Isso visa alcançar o máximo desenvolvimento possível dos talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais dos alunos, de acordo com suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

O tema deste estudo foi inspirado por experiências adquiridas durante estágios supervisionados nas séries iniciais e na Educação Infantil, onde lecionei para alunos com TEA, sem possuir conhecimento prévio sobre o transtorno. Na ocasião, desconhecia as limitações, particularidades e metodologias pedagógicas apropriadas para efetivar o processo de aprendizagem desses estudantes. Essas vivências, caracterizadas por desafios decorrentes da minha inexperiência, suscitaram um profundo interesse pela inclusão escolar de alunos com TEA.

A pesquisa sobre as práticas inclusivas para autistas é relevante diante dos desafios da inclusão escolar, que exige adaptações pedagógicas e suporte emocional. A formação contínua dos professores e o engajamento da comunidade escolar são fundamentais para criar um ambiente inclusivo. Políticas públicas também precisam ser aprimoradas para garantir a inclusão eficaz. Este estudo analisa produções científicas na Bahia sobre práticas inclusivas para alunos autistas, destacando desafios e possibilidades.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa para uma compreensão aprofundada do objeto investigado, conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 300), que enfatizam a importância de entender os fenômenos em seu contexto específico, em vez de apenas explicá-los. A revisão sistemática realizada visa analisar e sintetizar produções científicas sobre os desafios e possibilidades das práticas inclusivas para alunos com autismo no contexto educacional, com foco em estudos realizados na Bahia. Foram realizadas buscas nas bases de dados Google Acadêmico e



Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), utilizando descritores como ‘autismo’, ‘TEA’, ‘práticas inclusivas’, ‘práticas pedagógicas’ e ‘Bahia’. A pesquisa resultou na seleção de 14 documentos relevantes, publicados entre 2014 e 2024, dentre mais de 17.000 estudos encontrados.

A metodologia envolveu a definição de descritores e bases de dados, seguida pela leitura de títulos e resumos para identificar estudos pertinentes. Estudos que se alinhavam com os critérios de inclusão foram lidos na íntegra para uma análise detalhada do referencial teórico, objetivos, metodologia e resultados. Publicações que não atendiam aos critérios foram excluídas, garantindo que apenas os documentos mais relevantes fossem considerados para a pesquisa.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A avaliação das produções científicas na Bahia sobre práticas inclusivas para alunos com TEA destaca desafios significativos, sobretudo na formação dos professores. Santana (2023) identifica uma lacuna na preparação docente, onde os cursos de Pedagogia oferecem disciplinas de "Educação Especial" que não abordam de forma profunda as especificidades do TEA. Essa falha compromete a capacidade dos professores de aplicar estratégias pedagógicas eficazes.

Outro ponto crítico é a falta de suporte institucional e o envolvimento familiar. Barbosa (2019) identificou que a ausência de apoio das escolas e municípios dificulta a implementação de planos de intervenção adequados. Nascimento (2021) destaca a dificuldade em adaptar atividades que atendam aos interesses dos alunos com TEA, reforçando a importância de práticas pedagógicas que promovam uma integração mais dinâmica e heterogênea nas escolas. A colaboração entre escola e família é crucial para o sucesso dessas iniciativas.

Além da formação docente, o papel do Acompanhante Terapêutico (AT) é fundamental para facilitar a inclusão. Fráguas e Berlinck (2001) apontam que o AT ajuda a integrar o aluno com TEA ao ambiente escolar, atuando como um mediador entre o aluno, seus colegas e o professor. A colaboração entre o AT e o professor, conforme Silva (2022), é essencial para



adaptar as atividades e garantir que o aluno receba o suporte necessário sem que o papel do professor seja comprometido.

O Plano Educacional Individualizado (PEI) também é uma ferramenta vital para a inclusão de alunos com TEA, conforme previsto pela legislação brasileira. Andrade (2023) salienta que o PEI deve ser elaborado no início da trajetória escolar do aluno e revisado regularmente para garantir que o currículo seja adaptado às suas necessidades específicas. O PEI assegura que os conteúdos e atividades sejam apropriados, envolvendo os pais no planejamento e promovendo a avaliação contínua do progresso do aluno.

Por fim, o ensino colaborativo entre professores regulares e especialistas em educação inclusiva é apontado como uma prática eficaz para promover a inclusão de alunos com TEA. Passos (2022) destaca que essa colaboração facilita o planejamento e a implementação de estratégias educacionais que atendem de forma equitativa às necessidades dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas inclusivas para alunos com TEA na Bahia revelou importantes desafios, especialmente relacionados à formação inadequada dos professores. A ausência de preparo especializado limita a aplicação de estratégias pedagógicas adaptadas, dificultando a inclusão eficaz desses alunos nas escolas. Além disso, a falta de suporte institucional adequado agrava esses problemas, destacando a necessidade de maior apoio das escolas e municípios para implementar planos de intervenção efetivos e promover a colaboração entre escola e família.

A pesquisa também sublinhou a importância da formação continuada para os professores, uma vez que a carga horária dos cursos de Pedagogia frequentemente não aborda todas as nuances da educação inclusiva. A formação contínua possibilita o aprimoramento das práticas pedagógicas ao longo da carreira dos docentes, promovendo inovações e adaptações necessárias para atender às necessidades individuais dos alunos. A implementação eficaz do PEI e o papel do AT foram identificados como fundamentais para adaptar o currículo e facilitar a participação social e acadêmica dos alunos com TEA.



Superar esses desafios exige investimentos em formação especializada para os docentes, fortalecimento da colaboração entre escolas, famílias e comunidades, e uma aplicação mais robusta do PEI. Práticas colaborativas entre professores do ensino regular e especialistas em educação inclusiva também são essenciais para promover um ambiente educacional inclusivo e acessível, onde todos os alunos possam desenvolver plenamente suas capacidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juliana Santos et al. **Crianças com o transtorno do espectro autista na educação infantil: aspectos legais e pedagógicos.** 2023.

BARBOSA, Claudia de Faria; PEIXOTO, Emili Santana. **A prática pedagógica inclusiva de crianças com transtorno do espectro autista (TEA) em escolas municipais de Jequié–Brasil.** *Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional*, v. 7, n. 7, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.** Brasília, 2009. Disponível em: <https://example.com>. Acesso em: 21 fev. 2024.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, 2015. Disponível em: <https://example.com>. Acesso em: 16 jan. 2024.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: <https://example.com>. Acesso em: 21 fev. 2014.

FRÁGUAS, Vendiana; BERLINCK, Manoel Tosta. **Entre o pedagógico e o terapêutico: algumas questões sobre o acompanhamento terapêutico dentro da escola.** *Estilos da Clínica*, v. 6, n. 11, p. 7-16, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Verônica Gomes. **Por uma inclusão escolar artesanal: para além da técnica, uma ética educativa.** 2020.

PASSOS, Sonia de Fátima Cristina Scheitel et al. **Educação inclusiva: formação continuada na perspectiva do coensino.** 2022.

SANTANA, Milene Matos; ALMEIDA, Ricardo Santos. **Ensino colaborativo e docência compartilhada na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista.** *Revista Interseção*, v. 5, n. 1, p. 54-79, 2023.

XXI SEMANA ACADÊMICA

25 a 27
setembro
2024



POR UMA
UNIVERSIDADE
PÚBLICA,
DIVERSA E
INCLUSIVA

DEDC-CAMPUS XII
Departamento de
Educação



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

NUPE
Núcleo de Pesquisas
& Estudos

SILVA, Francimar Batista; BONCOSKI, Ivete Fátima Matiello. **O processo de aprendizagem do aluno com TEA.** *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 9, p. 66303-66313, 2020.

VASCONCELLOS, Simone Pinto; RAHME, Mônica Maria Farid; GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. **Transtorno do espectro autista e práticas educativas na educação profissional.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 26, n. 4, p. 555-566, 2020.